



Audiência pública discute projeto do novo CPC no auditório do TJ



O auditório do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em Florianópolis, foi palco de uma audiência pública realizada pela Comissão Especial do Senado Federal para debater com magistrados, promotores, advogados, servidores, acadêmicos e comunidade em geral, aspectos do projeto de lei do novo Código de Processo Civil. Cerca de 250 pessoas acompanharam o encontro, realizado na manhã do último dia 10 de setembro, em oportunidade única para opinar, criticar e sugerir alterações ao projeto.

Os trabalhos foram conduzidos pelos senadores Valter Pereira, relator-geral da comissão, e Acir Gurgacz, relator parcial de recursos. Também participaram os senadores Neuto de Conto, Selma Elias e Niúra Demarchi. O presidente do TJ, desembargador José Trindade dos Santos, foi o anfitrião dos trabalhos. Esta foi a quinta audiência pública realizada em busca dos ajustes necessários ao Projeto de Lei do Senado 166/2010 – a equipe já passou pelas cidades de Brasília/DF, Belo Horizonte/MG, São Paulo/SP e Recife/PE.

O desembargador substituto do TJSC Paulo Henrique Moritz Martins, integrante da comissão especial instituída pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) para oferecer subsídios à elaboração da proposta do novo CPC, promoveu a primeira intervenção da plateia e apontou questões que a magistratura gostaria de ver contempladas no novo texto legal. Depois de sua intervenção, diversos desembargadores catarinenses fizeram uso da palavra para fazer comentários e sugestões à Comissão do Senado Federal.

O desembargador Pedro Manoel Abreu, por exemplo, expressou sua preocupação com parte do projeto que,

embora mantenha a prática da conciliação como um dos meios para resolução de conflitos no país, restringe sua prática aos advogados. “Isto me parece uma espécie de reserva de mercado”, criticou o magistrado, ao lembrar que experiências exitosas neste campo envolvem normalmente equipes multidisciplinares, com a participação de assistentes sociais, psicólogos e estudantes de Direito, além do trabalho voluntário de profissionais já aposentados.

O desembargador Joel Dias Figueira Júnior, por sua vez, considerou o ritmo dos trabalhos açodado, não propício para uma discussão aprofundada e necessária sobre o tema. Já o desembargador substituto Jaime Vicari demonstrou sua preocupação com dispositivo que retira da autoridade judiciária brasileira o processamento e o julgamento das ações em que houver cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro, arguida pelo réu na contestação. Para o magistrado isso é muito grave, pois todos os casos que envolverem empresas com capital estrangeiro ou multinacionais somente poderão ser tratados no exterior. “Isto é um risco à nossa soberania”, alertou.



O desembargador Pedro Manoel Abreu destacou que a prática da conciliação é uma forma de resolução de conflitos, mas a necessidade de advogados seria um retrocesso



Acima, o desembargador Vicari demonstrou preocupação com o foro exclusivo estrangeiro; e o desembargador Joel Figueira Júnior considerou o ritmo dos trabalhos preocupante



Agilidade e segurança jurídica são objetivos do novo diploma legal

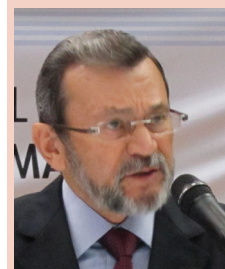


Para o senador Valter Pereira, relator-geral da Comissão Especial do Senado Federal, a

diminuição das formalidades e de recursos, assim como o fortalecimento da jurisprudência e da segurança jurídica, são as principais modificações propostas no projeto sob sua relatoria. Ele cita, por exemplo, entre outros instrumentos, o “Incidente de resolução de demandas repetitivas”, que possibilitará uma decisão única para casos registrados em massa, o que permitirá a resolução de milhares ou até milhões de ações com base em uma sentença.

Para o senador, alterações dessa natureza são fundamentais para desobstruir as instâncias e possibilitar, ao mesmo tempo, mais rapidez e qualidade nas decisões judiciais. Até o dia 21 de novembro, Pereira pretende aprovar o relatório final de seus trabalhos. “Colaborar para a construção de uma Justiça que atenda de forma adequada é, mais que um direito, um dever de uma nação que garante os direitos fundamentais de seus cidadãos”, ressaltou.

O texto completo do projeto pode ser encontrado no site www.senado.gov.br.



“Colaborar para a construção de uma Justiça que atenda de forma adequada é dever de uma nação”.

Valter Pereira



"A Justiça vai à Escola"



Com o objetivo de orientar estudantes e familiares para que estes conheçam seus direitos e deveres

perante os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a Vara da Fazenda da Comarca de Lages, em parceria com o Instituto Paternidade Responsável, criou o projeto "A Justiça vai à Escola". O programa nasceu depois que a equipe do Instituto percebeu que, quando questionados, pais e professores não tinham as respostas necessárias a perguntas relacionadas aos direitos e deveres das crianças e adolescentes.

Equipes multidisciplinares percorrem as escolas e, através de brincadeiras e teatros de fantoches, quebram paradigmas e mostram que a Justiça é feita por todos e para todos. "Espera-se, a longo prazo, que os estudantes desenvolvam consciência crítica e atuem como mobilizadores sociais para a diminuição da criminalidade e desinformação", destaca o juiz Sílvio Dagoberto Orsatto, idealizador do projeto. Além disso, o serviço também atua na área social e ajuda os pais na educação dos filhos.

"A Justiça vai à Escola" ganhou espaço nas escolas municipais e estaduais há três anos. Até 2009 tinha visitado 62 escolas e atendido 7.170 alunos da região da Comarca de Lages, na Serra catarinense.

1ª MOSTRA das boas práticas no Judiciário Catarinense

Projetos do Judiciário catarinense serão apresentados a servidores

Nesta e na próxima edição, o Veredicto traz matérias relacionadas com a 1ª Mostra das Boas Práticas no Judiciário Catarinense. O evento, destinado a magistrados e servidores do Poder Judiciário, visa identificar e difundir novas práticas realizadas por magistrados e servidores, que possam contribuir para a melhoria da qualidade na prestação jurisdicional. Nesta edição, conheça dois desses projetos: A Justiça vai à Escola, em Lages, e o Juizado Especial de Trânsito, em Criciúma.



Juiz Sílvio Orsatto explica às crianças seus direitos e deveres na sociedade

Veículo usado pelo JET é equipado para atender as ocorrências de trânsito no município de Criciúma



Juizado Especial de Trânsito



Acidentes de trânsito sempre são motivos para aborrecimentos. Mas uma experiência pioneira no Estado colhe bons resultados desde sua implantação. Há quatro anos em Criciúma, o Juizado Especial de Trânsito (JET) facilita a vida dos motoristas. A criação do JET busca diminuir a entrada de processos judiciais, por meio de uma solução imediata e informal dos conflitos cíveis decorrentes de acidentes trânsito, sem vítimas, no próprio local do acidente. Acionados, policiais militares voluntários e uniformizados prestam serviços como conciliadores, inclusive nos finais de semana e feriados. Em caso de acordo, um termo é lavrado para homologação judicial. Caso contrário, as partes saem do local do acidente já com uma audiência marcada para o Fórum.

Somente este ano o JET atendeu 14 ocorrências. Destas, 10 terminaram em acordo e quatro foram encaminhadas ao Juizado Especial. "O trabalho dos PM's conciliadores ajuda a desafogar o Judiciário, que deixa de receber esses processos", esclarece a juíza Janice Ubiali, titular do Juizado Especial Cível e responsável pelo JET. Mas todos concordam que quem sai ganhando é a sociedade pois, além de economizar tempo, deixa de gastar com custas processuais e honorários advocatícios.

terceira vez, já éramos amigos! Eu estava com o carro em frente da sua casa, buzina e ele aparecia falando: 'Ô, seu Luiz!'", graceja.

Perfil: Luiz Alberto Vicentini



Belchior, Zé Ramalho, Alceu Valença e Zé Geraldo. Esses são os ídolos de Luiz, oficial de justiça do Fórum da Comarca de Blumenau há 22 anos e cantor e compositor há 35. É no jardim de sua casa, ao som dos músicos, que o servidor aproveita as horas vagas para compor canções.

Tudo começou aos 12 anos, quando foi para um seminário. Lá, quatro rapazes tocavam violão. "Como eu já gostava de fazer poesias, vi a oportunidade de transformá-las em música", diz. Hoje, tem 150 composições, algumas de-

las gravadas de forma independente, que deram origem a quatro CDs e dois DVDs. O álbum "Um dia a gente se vê" conta com as participações de Zé Geraldo e Oswaldo Montenegro.

Já no Fórum, o servidor é visto como uma pessoa amiga e companheira. "A maneira como ele se comporta perante as pessoas e como ele exerce sua função é muito interessante", afirma Emerson Welzel, colega de trabalho. Durante esse tempo no Judiciário, o que mais marcou sua carreira foi um caso de prisão decorrente de inadimplemento de pensão alimentícia. "O camarada foi preso por umas seis vezes. Lá pela

Ao lado as capas dos CDs e DVDs gravados por Luiz



À esquerda, o cantor e compositor durante sua apresentação no FEMIC